



Iniciativas de sucesso do judiciário brasileiro são exemplos para Cabo Verde

Uma delegação de Cabo Verde está no Brasil desde a segunda-feira (7/06) para conhecer as boas iniciativas adotadas para aprimorar o Judiciário brasileiro. “A missão principal (da visita) é aprender o máximo e buscar as soluções brasileiras para a Justiça de Cabo Verde”, disse nesta terça-feira (8/06) a ministra da Justiça do país africano, Marisa Moraes. No início da tarde, ela e o presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde, juiz Arlindo Medina, foram recebidos pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Cezar Peluso. Pela manhã, a comitiva esteve no CNJ onde foram informados sobre o sistema carcerário brasileiro.

Eles foram recebidos pelo juiz auxiliar da presidência do conselho, Luciano Losekann que falou sobre a atuação do CNJ na área de justiça criminal, a exemplo dos programas Começar de Novo, mutirão carcerário, hospitais de custódia e as ações voltadas para as mulheres encarceradas. Os representantes da Justiça de Cabo Verde mostraram especial interesse pelo Começar de Novo e pelo processo eletrônico para varas de execução penal.

A visita é fruto de um termo de cooperação firmado entre o Judiciário de Cabo Verde e o CNJ, que coordena a programação da delegação no Brasil. O conselheiro Paulo Tamburini acompanhou o encontro com o presidente Peluso e destacou a grande projeção que as iniciativas do Conselho vêm alcançando. Tamburini informou que países como São Tomé Príncipe e Timor Leste já manifestaram interesse em conhecer os projetos do CNJ para o Judiciário e que, com o Haiti, já há, inclusive, um início de parceria. Para ele, esse protagonismo no repasse de boas soluções para aperfeiçoar os sistemas judiciais de outros países significa a “consolidação do Judiciário brasileiro no plano internacional”.

Marisa Moraes afirmou que o Brasil tem iniciativas inovadoras no combate à morosidade processual. Ela ressaltou que vários projetos chamam a atenção no país e podem ser replicados em Cabo Verde. A ministra destacou as iniciativas de informatização do Judiciário, sobretudo as ações implantadas nas varas de Justiça, e as iniciativas do CNJ para aperfeiçoar o sistema carcerário. “Esses são projetos que queremos desenvolver em Cabo Verde com o apoio do Judiciário brasileiro”, disse ela. Fonte: STF. www.cnj.jus.br

Publicada portaria que suspendeu expediente em 28 de maio

Foi publicada no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 2ª Região desta quarta-feira, 9 de junho, a Portaria Nº 341, de 28 de maio de 2010, da presidência do TRF2, que suspendeu o expediente na Seção Judiciária do Espírito Santo, em Vitória, naquela data. No documento o presidente do Tribunal, desembargador federal Paulo Espírito Santo, prorroga até o primeiro dia útil subsequente, os prazos que venceram no dia 28.

O expediente foi suspenso em 28 de maio pelo Diretor do Foro em exercício da Seção Judiciária do ES, juiz federal Alexandre Miguel, por motivos de segurança, em razão do movimento dos agricultores sem terra, que havia feito uma manifestação na parte da manhã, na frente do Prédio Sede, e ameaçou retornar na parte da tarde para invadir um dos dois prédios ocupados pela Justiça Federal em Vitória.

Veja a [portaria](#) publicada no Diário Eletrônico

Leia [nota](#) publicada no dia 28 de maio.

Estágio probatório agora é de três anos

Foi publicada nesta sexta-feira, 11 de junho, no Diário Oficial da União, Seção 1, a **Resolução Nº 107, de 26 de maio de 2010**, do CJF, que altera a duração do estágio probatório de dois para três anos na Justiça Federal.

Veja [aqui](#) a publicação.

Iluminuras entrevista autor sobre obra que fala da história da AGU

No Iluminuras desta semana você vai conhecer uma obra raríssima encontrada na biblioteca da Câmara dos Deputados. O autor, Francisco de Brito Freire, foi governador de Pernambuco. A edição do livro começa com um belíssimo frontispício contendo motivos de frutas brasileiras e mostrando um navio com velas içadas.

No Encontro com Autor a jornalista Carolina Sette entrevista o Advogado da União e diretor da Escola da AGU, Jefferson Carús Guedes. Ele vem ao programa falar sobre a obra “Nos Limites da História – A Construção da AGU”. Durante a conversa, Jefferson explica como foi o processo de surgimento da Advocacia Pública no país: “A advocacia pública não surge, evidentemente, na Constituição ou a partir da Constituição de 88. Ela tem precedentes importantes que vêm desde a história colonial brasileira, se fortalece no império e se consolida seguramente desde a república. É na república que é criada a Consultoria Geral da República e a Procuradoria Geral da República e esses dois órgãos, durante cerca de noventa anos (...) exercem essa dupla função, que depois se funde na Advocacia-Geral da União a partir de 1988 e, concretamente, a partir da Lei Orgânica da Advocacia Pública, em 1993”.

Já no Ex-Libris o passeio desta semana é pela biblioteca pessoal do advogado, Fábio de Sousa Coutinho. Ele é um apaixonado por poesias, ensaios, prosa, filosofia e, claro, literatura jurídica.

E o programa mostra ainda alguns dos principais livros jurídicos que acabaram de chegar às livrarias. São eles: “Dicionário Jurídico Universitário”, de Maria Helena Diniz, da Editora Saraiva; “Código Penal Comentado”, de Celso Delmanto, Roberto Delmanto, Roberto Delmanto Junior e Fabio M. de Almeida Delmanto, da Editora Saraiva e “Direito Administrativo”, de João Batista Gomes Moreira, da Editora Fórum.

O programa inédito vai ao ar na quarta-feira, às 22h. Horários alternativos: sábado, 18h; segunda-feira, 13h30. O Iluminuras também está no You Tube. Para ver este programa, basta acessar: www.youtube.com/programailuminuras. Assessoria do Iluminuras

Via Legal revela falhas na assistência a pacientes do serviço público na saúde

Por que tantos brasileiros ainda são obrigados a recorrer aos tribunais para ter acesso a medicamentos que podem salvar vidas? O Via Legal desta semana mostra os obstáculos no cumprimento deste direito que está previsto em lei. Direto do Rio de Janeiro, Viviane Rosa conta a história de um grupo de vítimas da hipertensão pulmonar. Foi preciso uma ordem judicial para que a rede pública passasse a fornecer o medicamento indicado pelos médicos.

Ainda sobre o assunto, o programa relembra uma batalha parecida de moradores de São Paulo que lutam contra o câncer. Médicos e pacientes denunciam a demora do governo em atualizar a lista de produtos fornecidos pelo governo. De outro lado, o Ministério da Saúde se defende e alega que, às vezes, falta bom senso na prescrição médica.

Outro destaque desta edição é a dificuldade que trabalhadores rurais enfrentam para conseguir se aposentar. O benefício previdenciário foi garantido pela Constituição, mas muita gente não consegue provar a condição de segurado especial. Analice Bolzan traduz uma decisão, segundo a qual, o

fato de um dos integrantes da família ter trabalhado na cidade não tira dos demais, o direito de receber a aposentadoria rural.

Juliano Domingues mostra a revolta de moradores do Recife contra a cobrança do Foral, uma espécie de imposto instituído no país ainda na época da colonização. A prefeitura de Olinda se acha no direito de exigir o pagamento considerado absurdo pelos moradores do município vizinho. O impasse, que ainda está nos tribunais, chama a atenção para a existência de normais que hoje, passados quase 500 anos, não fazem mais o menor sentido.

Em outra reportagem, Alessandra de Castro apresenta mais um exemplo que prova o quanto as chamadas cotas ainda geram polêmica. Em Goiânia, duas estudantes só conseguiram entrar para a faculdade depois de uma decisão da Justiça. Já em Brasília, UnB defende as chamadas políticas afirmativas como instrumentos de inclusão social.

O Via Legal é exibido nas TVs Cultura, Brasil, Justiça e mais de 25 emissoras regionais. Confira os horários de exibição e assista também pela internet. www.vialegal.cjf.jus.br ou www.programavialelegal.blogspot.com. Equipe Via Legal

“Relações jurídicas patrimoniais e existenciais”: videoconferência dia 21

Anote aí mais um evento da Emarf em junho: Fórum “Relações Jurídicas Patrimoniais e Existenciais”, dia 21, segunda-feira, das 9 às 13 horas. O evento será aberto ao público e haverá videoconferência para a Seção Judiciária do Espírito Santo (Rua São Francisco, 52, Cidade Alta, Vitória). Magistrados federais devem se inscrever pelo módulo do CAE na Emarf (www.trf2.gov.br/emarf). Servidores e demais interessados podem efetuar suas inscrições pelo e-mail nucleoemarf.es@jfes.jus.br ou telefone (27) 3183-5187.

Varas em inspeção no mês de junho

Estão em inspeção de 7 a 11 de junho a 4ª e a 5ª varas federais cíveis, a 2ª VF Criminal, o 1º Juizado Especial Federal e a Vara Federal de Linhares. De 14 a 18 de junho, será a vez da 4ª VF de Execução Fiscal, e de 21 a 25 de junho da 2ª VF de Execução Fiscal, do 2º Juizado Especial Federal e da 2ª VF de Cachoeiro de Itapemirim. A programação anual das inspeções pode ser acompanhada no link <http://www.jfes.jus.br/inspecao.htm>.